

**CADERNO DE PROVAS
XII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR
DO ESTADO**

ADMINISTRATIVO

1.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 92

Um policial militar foi expulso da corporação através de processo administrativo disciplinar com a observância de todas as formalidades legais. Consumada a sua expulsão, ajuizou ação declaratória de nulidade de ato jurídico, cumulada com reintegração em cargo público e indenização, alegando vício de competência por violação ao artigo 125, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

ALTERNATIVAS:

- a) Assiste razão ao autor, uma vez que pelo dispositivo constitucional citado compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares nos crimes militares, definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- b) Assiste razão ao autor, uma vez que, deveria o Comandante da Corporação, após receber o processo administrativo disciplinar, encaminhar o mesmo à Justiça Militar estadual.
- c) Assiste razão ao autor, uma vez que, em virtude do artigo 125, parágrafo 4º, da Constituição Federal, o processo administrativo disciplinar é mera peça acusatória, insuficiente para determinar a exclusão, devendo o Comandante da Corporação encaminhar a mesma ao Ministério Público Militar para oferecimento de denúncia crime perante à Justiça Militar estadual.
- d) Não assiste razão ao autor, uma vez que não se pode confundir a competência da Justiça Militar Estadual, para crimes militares, com a competência disciplinar da Administração Pública com infrações relacionadas com o serviço público militar.
- e) Assiste razão parcial ao autor, porque a Administração Pública, nestes casos, não possui o dever de reintegrar o mesmo, bastando proceder o pagamento da indenização.

ADMINISTRATIVO

2.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 34

Determinado usuário de um serviço público concedido sofreu prejuízos pela solução de continuidade do referido serviço por culpa exclusiva da concessionária, que é pessoa jurídica de direito privado, não integrante da Administração Pública Indireta, mas submetida ao poder regulatório de uma Agência Reguladora Federal de Serviços Públicos Concedidos. Moveu ação de indenização contra a concessionária, mas ao final da lide constatou que a concessionária não possuía patrimônio para arcar com o *quantum* indenizatório. Com base no disposto no artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal, o usuário poderá exigir o pagamento:

ALTERNATIVAS:

- a) Da União Federal, uma vez que as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) Da Agência Reguladora, uma vez que as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- c) Não há hipótese de se responsabilizar nem a União Federal e nem a Agência Reguladora, uma vez que as mesmas não poderão exercer o direito de regresso contra a concessionária, na forma do exigido pelo art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal.
- d) Da Agência Reguladora, apenas, por ter sido ela a responsável pela outorga da concessão, desde que se consiga provar que a mesma agiu com culpa ou dolo na fiscalização do serviço concedido.
- e) Da União Federal, apenas, porque muito embora não tenha sido ela a responsável pela outorga da concessão, responde pela criação da Agência Reguladora, desde que se consiga provar que a mesma agiu com culpa ou dolo na fiscalização do serviço concedido.

ADMINISTRATIVO

3.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 35

Através de Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Município “X” pactuou-se que o primeiro repassaria ao segundo a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em duas parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) visando a construção de um Módulo Policial no território do Município. À municipalidade competiu realizar o procedimento licitatório e firmar o contrato de construção de obra pública com o vencedor do certame seletivo. Extinto o prazo de execução do contrato (que era de 90 dias) constatou-se que a obra não havia sido concluída e encontra-se abandonada, muito embora a empresa vencedora tenha recebido a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Pergunta-se: O Convênio poderá ser denunciado pelo Estado do Paraná?

ALTERNATIVAS:

- a) Sim, exigindo o mesmo a restituição dos valores corrigidos da empresa vencedora do procedimento licitatório.
- b) Não, uma vez que o Estado do Paraná deveria liberar os valores apenas depois de receber os relatórios de conclusão da obra.
- c) Sim, exigindo o mesmo a restituição dos valores corrigidos do Município “X”.
- d) Deverá o Estado do Paraná denunciar o convênio e mover a competente ação contra o Município “X”, e encaminhar cópias autenticadas de todos os documentos ao Ministério Público Estadual, para os devidos fins.
- e) Deverá o Estado do Paraná denunciar o convênio e mover a competente ação contra a empresa contratada, e encaminhar cópias autenticadas de todos os documentos ao Mi-

nistério Público Estadual, para os devidos fins.

ADMINISTRATIVO

4.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 36

Visando regulamentar o art. 37, VIII, da Constituição Federal, a Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei de autoria de um deputado, que fixa percentual de reserva, de 15% (quinze por cento) para os portadores de deficiência física, nos cargos possíveis de serem exercidos pelos mesmos, para todos os concursos públicos que forem abertos a partir da entrada em vigência da lei. O projeto de lei em questão é:

ALTERNATIVAS:

- a) Inconstitucional, eis que fere o princípio constitucional da legalidade, ao não observar o princípio administrativo da razoabilidade.
- b) Inconstitucional, eis que fere o princípio constitucional da legalidade, ao não observar o princípio administrativo da proporcionalidade.
- c) Não há vício de inconstitucionalidade material, mas sim de competência, eis que compete privativamente a União legislar sobre provimento de cargos públicos.
- d) Não há vício de inconstitucionalidade material, mas há vício de inconstitucionalidade formal, eis que são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre provimento de cargos públicos no Estado.
- e) Não há nenhum vício de inconstitucionalidade material, mas há vício de inconstitucionalidade formal, eis que são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre provimento de cargos públicos no Poder Executivo.

ADMINISTRATIVO

5.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 37

Quanto ao atributo da presunção de legitimidade do ato administrativo é incorreto sustentar que:

ALTERNATIVAS:

- a) a presunção em questão existe para assegurar celeridade no cumprimento das manifestações de vontade da Administração Pública, já que a mesma tem por finalidade atender ao interesse público.
- b) É o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- c) A Administração Pública sujeita-se ao princípio da legalidade estrita, o que faz presumir que todos os seus atos tenham sido praticados de conformidade com a lei, já que cabe ao poder público a sua tutela.

- d) Enquanto não decretada a invalidade do ato pela própria Administração ou pelo Judiciário, ele produzirá efeitos da mesma forma que o ato válido.
- e) Aplica-se a todos os atos da Administração Pública, inclusive os regidos pelo direito privado.

ADMINISTRATIVO

6.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 33

No âmbito da responsabilidade extracontratual do Estado, as chamadas situações propiciatórias:

ALTERNATIVAS:

- a) dizem respeito, na maioria dos casos, à guarda, pelo Estado, de coisas ou pessoas perigosas, ensejando responsabilidade objetiva deste, mesmo quando o evento danoso tenha sido deflagrado por força da natureza, pois foi o Poder Público quem criou a situação da qual o dano dependia;
- b) por estarem relacionadas a danos por omissão do Estado, deve-se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva, na modalidade falta de serviço;
- c) consistem em situações produzidas por servidores públicos, propiciando o dano e acarretando, por isso, responsabilidade subjetiva do Estado;
- d) relacionam-se com o sacrifício de direitos, autorizado por lei, em que o interesse público prevalecerá sobre o privado, criando para o Estado o dever de indenizar o particular cujo direito foi sacrificado;
- e) geram responsabilidade apenas do particular que propiciou o acontecimento do evento danoso.

ADMINISTRATIVO

7.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 27

Em relação aos princípios da Administração Pública, não é correto dizer:

ALTERNATIVAS:

- a) o princípio da autotutela diz respeito ao controle que a Administração Pública exerce sobre os próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos;
- b) o princípio da impessoalidade determina que a Administração Pública não pode agir com a finalidade específica de favorecer ou prejudicar pessoas determinadas, devendo tratar a todos sem discriminações;
- c) o princípio da publicidade significa que todos os atos administrativos devem ser publicados, com exceção daqueles relacionados à segurança nacional ou à intimidade das pessoas;

- d) o princípio da moralidade administrativa assevera que a Administração e os administradores públicos devem agir de acordo com princípios éticos de lealdade e boa-fé;
- e) o princípio da eficiência, inserido no **caput** do art. 37 da Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 19/98, diz respeito tanto à atuação dos agentes públicos, que devem demonstrar bom desempenho e, conseqüentemente, bons resultados, quanto à própria estruturação da Administração Pública, a fim de que o serviço público seja prestado da melhor forma possível.

ADMINISTRATIVO

8.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 28

Empresas públicas e sociedades de economia mista:

ALTERNATIVAS:

- a) como entidades integrantes da Administração Pública indireta, sofrem controle hierárquico, exercido pelos órgãos da Administração direta;
- b) dependem, para sua criação, de autorização legislativa, que deve ser específica, vedada a autorização genérica;
- c) em virtude de possuírem personalidade jurídica de direito privado, não têm legitimidade para propor ação civil pública;
- d) sendo criadas por lei, não necessitam de registro de seus atos constitutivos;
- e) por serem entidades de direito privado, estão sempre sujeitas à falência, pois a elas é aplicado o regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal.

ADMINISTRATIVO

9.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 29

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) funções e cargos públicos somente podem ser criados e extintos por lei;
- b) na concessão de serviço público, o Estado transfere a terceiro a titularidade do serviço, que será, por isso, prestado em nome próprio, por sua conta e risco;
- c) a violação, pelo proprietário de imóvel rural, de normas de proteção ambiental, causando graves danos ao meio ambiente, implica no descumprimento de sua função social, possibilitando à União sua desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante justa e prévia indenização em dinheiro;
- d) o fato do príncipe corresponde à conduta imputável à Administração Pública, como parte

contratual, que, ao violar obrigação estabelecida em contrato administrativo, impeça ou onere demasiadamente sua execução;

- e) a polícia administrativa atua tanto de forma preventiva como de forma regressiva, condicionando a liberdade e a propriedade dos indivíduos, manifestando-se através de atos normativos, de alcance geral, ou de atos concretos, específicos.

ADMINISTRATIVO

10.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 30

Marque a alternativa incorreta:

ALTERNATIVAS:

- a) Segundo a Teoria dos Motivos Determinantes, mesmo quando não exigida por lei a motivação, uma vez motivado o ato administrativo, ele só será válido se os motivos apontados forem verdadeiros e o justificarem;
- b) O excesso de poder ocorre quando o agente público pratica ato para alcançar finalidade diversa do interesse público;
- c) A convalidação, que somente é possível em relação a atos anuláveis, opera efeitos retroativos, não sendo obrigatória em relação a vícios de competência em atos de conteúdo discricionário;
- d) A cassação é a forma de retirada do ato administrativo eficaz por descumprimento, pelo seu beneficiário, das condições que deveriam continuar a ser por ele observadas;
- e) A revogação de ato administrativo inconveniente ou inoportuno produz efeitos **ex nunc** e somente pode ser praticada pela própria Administração Pública.

ADMINISTRATIVO

11.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 31

Em relação à licitação, é correto afirmar:

ALTERNATIVAS:

- a) possui como objetivo exclusivo proporcionar à Administração Pública o negócio mais vantajoso;
- b) somente a União pode legislar sobre a matéria;
- c) o princípio da vinculação ao edital aplica-se apenas aos licitantes;
- d) o leilão é utilizado exclusivamente para a venda de bens móveis inservíveis, legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, desde que igual ou superior à avaliação;
- e) as hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas em lei, são meramente exemplificativas, sendo, no entanto, exaustivas as que contemplam sua dispensa.

12.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 32

Não se pode afirmar que os bens públicos:

ALTERNATIVAS:

- a) são impenhoráveis, fazendo a Constituição Federal expressa previsão de processo especial de execução contra a Fazenda Pública;
- b) são inalienáveis, enquanto conservarem a qualificação de bens dominicais;
- c) não estão sujeitos a oneração, não sendo possível gravá-los com penhor, hipoteca ou anticrese;
- d) são imprescritíveis, não podendo ser adquiridos através da usucapião;
- e) somente podem ser alienados quando desafetados.

AMBIENTAL

13.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 52

Pode um cidadão propor ação popular sobre uma questão já julgada improcedente, mas da qual não foi parte?

ALTERNATIVAS:

- a) Sim, porque é princípio processual que as decisões somente fazem coisa julgada entre as partes do processo, como este cidadão não fez parte do processo, não terá o impedimento da coisa julgada.
- b) Sim, porque a Constituição de 1988 dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão de direito e o cidadão tem o seu direito lesado ou ameaçado.
- c) Não, porque como já houve decisão, já sabe o resultado, lhe faltando interesse de agir, um dos pressupostos da ação.
- d) Não, porque a eficácia das decisões em ações populares é “ erga omnes”, atingindo todos os cidadãos, sem exceção.
- e) Sim, desde que a sentença tenha julgado improcedente o pedido por falta de provas e o cidadão venha apresentar novas provas.

AMBIENTAL

14.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 51

Uma associação civil legitimada para ingressar com ação civil pública pode propô-la sobre

uma questão já julgada improcedente, mas da qual não foi parte?

ALTERNATIVAS:

- a) Sim, porque é princípio processual que as decisões somente fazem coisa julgada entre as partes do processo, como esta associação não fez parte do processo, não terá o impedimento da coisa julgada.
- b) Sim, porque a Constituição de 1988 dispõe que a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão de direito.
- c) Não, porque como já houve decisão, lhe falta interesse de agir, um dos pressupostos da ação.
- d) Não, porque a eficácia das decisões em ações civis públicas é “erga omnes”, atingindo todas pessoas, sem exceção.
- e) Sim, desde que a sentença tenha julgado improcedente o pedido por falta de provas e a associação venha apresentar novas provas.

AMBIENTAL

15.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 49

O Município de Curitiba edita lei municipal de proteção das águas do rio Belém que regula em detalhes os direitos e obrigações em relação ao uso das águas e do solo ribeirinho, e os despejos de dejetos. O Estado do Paraná foi autuado baseado nesta lei porque mantinha uma oficina mecânica que a desrespeitava. Fundamenta sua defesa argumentando que a lei é inconstitucional.

ALTERNATIVAS:

- a) Está correta a defesa do Estado porque o Município não tem competência sobre águas, assunto privativo da União, segundo o artigo 22, IV, da Constituição Federal.
- b) Está correta a defesa do Estado porque embora se possa admitir a competência municipal para o assunto, o rio é estadual e, portanto, o Município não pode legislar sobre ele.
- c) Não está correta a defesa do Estado porque a lei é constitucional apesar do artigo 22, IV, mas o Município não tem competência para autuação de órgãos do Estado por infrações ambientais, já que o Estado possui órgão próprio de fiscalização.
- d) Não está correta a defesa do Estado porque a lei é constitucional apesar do artigo 22, IV, e o Município tem competência para autuar órgãos do Estado.
- e) Está correta a defesa do Estado não porque fere o artigo 22, IV, já que o foco da lei não é a água, mas o exercício do direito de propriedade, assunto privativo da União segundo o artigo 22, I.

AMBIENTAL

16.ª QUESTÃO:

Um fazendeiro mata um veado campeiro em sua propriedade. Em sua defesa contra a autuação alega que veado campeiro não está em extinção, portanto não é protegido, que ele estava devastando suas plantações, portanto agiu em auto-defesa e, ainda, pede em Juízo ressarcimento pelos danos causados pelo animal ao Estado que o havia autuado.

ALTERNATIVAS:

- a) o fato do veado campeiro não estar em extinção não o retira da proteção jurídica da lei, mas a auto-defesa, desde que provada, é argumento suficiente para ilidir a autuação e, sendo assim, cabe ressarcimento de danos pelo Estado.
- b) O fato do veado campeiro não estar em extinção não o retira da proteção jurídica da lei, mas a auto-defesa, desde que provada, é argumento suficiente para ilidir a autuação, mas não cabe ressarcimento de danos pelo Estado, já que o animal é público federal e qualquer ressarcimento deveria ter sido pedido à União.
- c) O fato do veado campeiro não estar em extinção não o retira da proteção jurídica da lei, e a auto-defesa não serve de argumento, já que o animal não é agressivo e poderia ter sido controlado por outros meios que não o sacrifício, e não tem cabimento o pedido de ressarcimento de danos ao Estado, já que não há nexo de causalidade.
- d) O fato do veado campeiro não estar em extinção não o reitera da proteção jurídica da lei, e a auto-defesa, desde que provada, é argumento suficiente para ilidir a autuação mas o ressarcimento cabível somente diz respeito aos gastos com os meios utilizados para o sacrifício do animal.
- e) A lei, de fato, protege apenas os animais em extinção que, quando encontrados devem ser recolhidos aos zoológicos para a manutenção da espécie, conforme dispõe a nova lei das Unidades de Conservação da Natureza, Lei 9.985, de 18 de junho de 2000.

17.ª QUESTÃO:

Um cidadão ingressa em Juízo contra o Estado do Paraná com Ação Popular pedindo a anulação de ato administrativo da Secretaria de Cultura que autorizou a descaracterização de bem imóvel privado tombado pelo IPHAN. Citado o Estado, o Procurador a quem foi distribuída a causa encaminha pedido ao Procurador Geral e ao Conselho Superior da PGE solicitando autorização para, no prazo da contestação, concordar com o pedido e tornar-se litisconsórcio ativo da Ação Popular. O Procurador Geral nega o pedido, dentro de sua competência, pelo seguinte motivo:

(Assinalar o motivo juridicamente possível)

ALTERNATIVAS:

- a) Embora possa ter razão o cidadão, há uma preliminar de legitimidade: o tombamento é federal e o Estado do Paraná não pode figurar no pólo passivo da ação, portanto o Esta-

do tem que contestar a ação pedindo sua exclusão do feito.

- b) O pedido do procurador é juridicamente impossível, porque os direitos do Estado em Juízo são indisponíveis, portanto não pode o Estado deixar de contestar e ingressar no pólo ativo junto com o cidadão.
- c) O pedido do Procurador é juridicamente impossível porque a Ação Popular somente admite o litisconsórcio entre cidadãos.
- d) A opção para integrar o pólo ativo na Ação Popular é discricionária do Estado e quem a exerce é o Procurador Geral, que neste caso determina que, no prazo legal, seja informado o Juízo de que não haverá contestação do Estado.
- e) A ação Popular não é cabível para proteção do bem privado integrante do patrimônio cultural, portanto é necessário contestar em preliminar pela carência de ação.

AMBIENTAL

18.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 47

Sobre os danos ambientais e culturais, qual das alternativas abaixo é correta.

ALTERNATIVAS:

- a) os danos ambientais somente são passíveis de ressarcimento por meio de ação civil pública ou de ação popular.
- b) Causado um dano ambiental, o Estado é obrigado a repará-lo e depois, se for o caso, deve acionar o proprietário do bem para desapropriá-lo.
- c) O dano ambiental deve ser reparado pelo causador sob pena de aplicação da lei de crimes ambientais, lei 9.605/98.
- d) O dano ambiental pode determinar sanção civil, penal ou administrativa, mas a aplicação de qualquer uma delas exclui as outras.
- e) O causador do dano ambiental é obrigado a repará-lo independentemente de culpa e ainda que seja o proprietário do bem que sofreu o dano.

CIVIL

19.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 98

É um contrato de natureza real:

ALTERNATIVAS:

- a) a compra e venda de imóveis;
- b) a locação de bens infungíveis;
- c) o mútuo;
- d) a doação;

e) empreitada.

CIVIL

20.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 94

O mandato, no direito brasileiro:

ALTERNATIVAS:

- a) é sempre revogável;
- b) não se extingue pela renúncia;
- c) pode ser irrevogável, se for em causa própria;
- d) não se extingue pela conclusão do negócio;
- e) nenhuma das respostas está correta.

CIVIL

21.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 96

Acerca do regime jurídico da compra e venda no Código Civil, analise as afirmações que seguem:

- I) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a taxaço do preço.
- II) Pode o ascendente vender bem imóvel ao descendente sem autorização dos demais descendentes, devendo, porém, nessa hipótese, ser a compra e venda levada à colação no futuro inventário do ascendente.
- III) Nas coisas vendidas conjuntamente, o efeito oculto de uma não autoriza a rejeição de todas.
- IV) Na retrovenda, o prazo para resgate não poderá ultrapassar três anos.

ALTERNATIVAS:

- a) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 2.
- b) Estão corretas apenas as afirmações 1, 3 e 4.
- c) Estão corretas apenas as afirmações 2 e 4
- d) Estão corretas apenas as afirmações 1, 2 e 3.
- e) Está correta apenas a afirmação 4.

CIVIL

22.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 93

Acerca dos vícios dos negócios jurídicos, examine as seguintes afirmações:

- I) Jamais poderá argüir simulação aquele que praticou o negócio jurídico evadido do vício, ainda que não tenha havido intenção de prejudicar terceiros ou de violar disposição de lei, posto que a simulação é sinônimo de ineficácia.
- II) A coação vicia o negócio jurídico, mesmo quando exercida por terceiro.
- III) O dolo do representante de uma das partes obriga o representado a responder civilmente pela integralidade dos danos produzidos, ainda que do ato viciado não tenha o representado obtido qualquer proveito.
- IV) A remissão de dívida praticada pelo insolvente nunca poderá ser reputada fraude contra credores.

ALTERNATIVAS:

- a) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 3.
- b) Estão corretas apenas as afirmações 2 e 3.
- c) Está correta apenas a afirmação 1.
- d) Está correta apenas a afirmação 2.
- e) Está correta apenas a afirmação 3.

CIVIL

23.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 65

Um policial militar, no exercício de suas funções, em uma perseguição a criminosos foragidos de um presídio, aborda um suspeito desarmado. Nada obstante, sem que o suspeito esboce qualquer reação, o policial desferiu dois tiros em sua direção. O suspeito, que, na verdade, não era um dos foragidos, não resiste aos ferimentos produzidos pelo policial, e vem a falecer. Diante da situação fática delineada, examine as afirmativas a seguir:

- I) Caso o Estado seja condenado ao pagamento de indenização por danos morais à família da vítima, o policial militar terá, em relação ao Estado, responsabilidade regressiva.
- II) Os familiares da vítima não poderão fundar o pleito indenizatório em suposta responsabilidade subjetiva do Estado, uma vez que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é exclusivamente objetiva, ou seja, fundada no risco, e não na culpa, em face do que nem a culpa exclusiva da vítima (como é o caso) afasta a responsabilidade do Estado.
- III) Caso a família da vítima pretenda demandar, além do Estado do Paraná, o policial que desferiu os tiros, o fundamento da demanda, quanto ao policial, também poderá ser a responsabilidade objetiva.
- IV) Na hipótese formulada, o Estado somente poderia ser condenado ao pa-

gamento de uma indenização por danos morais caso fosse adotada a teoria do risco integral.

ALTERNATIVAS:

- a) Estão corretas apenas as afirmações 1, 2 e 3;
- b) Está correta apenas a afirmação 4;
- c) Está correta apenas a afirmação 3;
- d) Está correta apenas a afirmação 1;
- e) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 2.

CIVIL

24.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 64

Antônio, casado com Maria, é proprietário de um único imóvel, situado no município de Londrina. O bem foi adquirido antes do casamento, celebrado sob o regime de comunhão parcial de bens, de modo que se trata de bem particular do cônjuge varão. O casal não tem filhos. Os pais de Antônio são falecidos. Em 1998, Antônio faz testamento em que deixa como legado, para o Estado do Paraná, o único imóvel de sua propriedade, excluindo da sucessão sua esposa, Maria. Em dezembro de 2001, Antônio vem a falecer. Todavia, em janeiro de 2002, Maria dá à luz um filho de Antônio que, nada obstante isso, nasce morto. Tal fato é devidamente constatado mediante perícia. A partir dos fatos narrados examine as seguintes afirmações:

- I) O Estado não fará jus ao legado, uma vez que, com o falecimento do filho do casal, herdeiro necessário, Maria herdará a integralidade do bem, exercendo seu direito de representação.
- II) O Estado fará jus ao legado, o que não ofende a disposição do Código Civil que põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- III) Maria é herdeira necessária de Antônio, e não poderia ter sido excluída da sucessão.
- IV) O Estado do Paraná fará jus apenas a metade do imóvel legado, uma vez que, diante do direito de Maria sobre a legítima, impõe-se a redução da liberalidade inoficiosa praticada por Antônio.

ALTERNATIVAS:

- a) Estão corretas apenas as afirmações 3 e 4.
- b) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 3.
- c) Está correta apenas a afirmação 1.
- d) Está correta apenas a afirmação 2.
- e) Está correta apenas a afirmação 3.

25.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 63

Examine as seguintes afirmações relativas à disciplina jurídica do direito de propriedade.

- V) O atendimento da função social da propriedade rural, no ordenamento jurídico brasileiro, limita-se à sua produtividade.
- VI) O abandono é causa de extinção da propriedade imóvel, sendo que o bem abandonado será arrecadado como bem vago.
- VII) A propriedade produtiva que cumpra sua função social é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.
- VIII) Consuma-se a desapropriação, com a perda da propriedade imóvel pelo expropriado, no momento da publicação, em diário oficial, do decreto expropriatório.

ALTERNATIVAS:

- a) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 3.
- b) Está correta apenas a afirmação 1.
- c) Estão corretas apenas as afirmações 1, 3 e 4.
- d) Estão corretas apenas as afirmações 2 e 4.
- e) Estão corretas apenas as afirmações 2 e 3.

26.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 62

Em 1973, Marcelo era proprietário de um imóvel urbano no município de Terra Roxa. Naquele mesmo ano, o imóvel foi objeto de decreto expropriatório emitido pelo Estado do Paraná que, sem pagar o valor da indenização com o proprietário nem propor a competente ação de desapropriação, ingressou na posse do imóvel, ali construindo uma rodovia. Marcelo não foi indenizado pela desapropriação indireta promovida pelo Estado. Dezesete anos depois, em 1990, Marcelo vem a falecer, deixando uma única herdeira, sua filha Ana, que, em 1990, contava com dois anos de idade. Em 2002, Ana, por sua representante legal, propõe uma ação visando a ser indenizada pela desapropriação indireta promovida pelo Estado. Tomando-se como termo inicial do prazo prescricional o ano de 1973, assinale a alternativa correta, à luz da jurisprudência dominante acerca do tema atinente à prescrição:

ALTERNATIVAS:

- a) a ação não obterá êxito, uma vez que a prescrição quinquenal operou-se em 1978;
- b) A pretensão poderá ser julgada procedente, uma vez que a prescrição ainda não se ope-

rou;

- c) A pretensão deverá ser julgada procedente, pois é imprescritível;
- d) A ação não deverá obter êxito, uma vez que a prescrição operou-se em 1993;
- e) A pretensão somente deverá ser julgada procedente se Ana comprovar que seu pai diligenciou administrativamente com vistas a obter a indenização devida.

CIVIL

27.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 61

As terras devolutas:

ALTERNATIVAS:

- a) são bens dominicais;
- b) podem estar no domínio da União ou dos Estados;
- c) só podem estar no domínio da União;
- d) são bens de interesse exclusivo dos Estados;
- e) podem estar no domínio dos Municípios.

CIVIL

28.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 60

O direito de preferência:

ALTERNATIVAS:

- a) é uma faculdade do credor;
- b) é uma faculdade do devedor;
- c) depende de estipulação contratual;
- d) não depende de estipulação contratual;
- e) está previsto na lei, podendo ser convencionado.

CIVIL

29.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 59

A coação que vicia o ato jurídico:

ALTERNATIVAS:

- a) decorre sempre da ação física de outrem sobre o sujeito que pratica o ato;
- b) resulta em ineficácia em sentido estrito do ato;

- c) resulta em nulidade do ato;
 - d) se inscreve dentre as irregularidades do ato;
 - e) torna o ato passível de declaração de anulabilidade.
-

CIVIL

30.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 58

O domicílio aparente é decorrente:

ALTERNATIVAS:

- a) da incapacidade do sujeito;
 - b) da imposição legal de domicílio;
 - c) do interesse público;
 - d) da proteção do terceiro de boa-fé;
 - e) da vontade das partes.
-

CIVIL

31.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 57

No que se refere à capacidade do sujeito, a legitimação ou legitimidade significa:

ALTERNATIVAS:

- a) capacidade absoluta;
 - b) capacidade de direito;
 - c) capacidade negocial;
 - d) capacidade de fato;
 - e) personalidade jurídica.
-

COMERCIAL

32.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 22

A sociedade de capital autorizado é:

ALTERNATIVAS:

- a) uma sociedade que necessita de autorização do governo para funcionar;
- b) uma companhia que contém em seu estatuto previsão de aumento de capital até um determinado valor sem alteração estatutária;
- c) uma sociedade anônima que tem seu capital parcialmente subscrito com autorização para subscrição ulterior de ações até o valor do capital estatutário;

- d) uma sociedade limitada que atua na bolsa de valores com permissão para possuir capital inferior ao fixado pela Comissão de Valores Mobiliários;
 - e) uma sociedade simples, de capital estrangeiro, registrada no Banco Central do Brasil.
-

COMERCIAL

33.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 21

Assinale a alternativa correta no que se refere ao estabelecimento comercial:

ALTERNATIVAS:

- a) é definido como o local em que o empresário exerce seu comércio;
 - b) é sinônimo de fundo de comércio e se caracteriza como conjunto de bens de que se utiliza o empresário para exercer sua atividade;
 - c) é integrado por bens corpóreos e incorpóreos do patrimônio da empresa e de seus sócios;
 - d) goza de proteção nacional, uma vez registrado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
 - e) é pessoa jurídica de direito privado, distinta da pessoa do comerciante individual.
-

COMERCIAL

34.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 20

Em caso de falência do empresário, os créditos do Estado do Paraná relativos ao ICMS em atraso:

ALTERNATIVAS:

- a) devem ser pagos preferentemente aos dos demais credores, inclusive por tributos municipais, exceto os trabalhistas e os créditos da União Federal;
 - b) devem ser habilitados para recebimento junto à massa falida;
 - c) podem ser exigidos por inteiro, como se a falência não existisse, inclusive com as multas moratórias;
 - d) concorrem com os créditos quirografários;
 - e) não podem ser exigidos enquanto não forem pagos os créditos por direitos reais de garantia.
-

COMERCIAL

35.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 19

A reunião de sociedades visando executar um determinado empreendimento, sem a criação

de um novo sujeito de direito, na qual elas mantêm sua autonomia, agem e respondem cada qual por suas obrigações, sem solidariedade, mas contribuem para as despesas comuns e deliberam sobre a administração do conjunto, caracteriza:

ALTERNATIVAS:

- a) Um consórcio, sem personalidade jurídica, que, porém, deve ser registrado na Junta Comercial;
- b) Um grupo de sociedades, sem personalidade jurídica, que deve ser identificado por uma denominação própria, sujeito a registro na Junta Comercial;
- c) Um grupo de sociedades, com personalidade jurídica a partir do seu registro na Junta Comercial;
- d) Uma coligação de participação recíproca de sociedades;
- e) Uma sociedade em conta de participação.

COMERCIAL

36.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 24

Para a alienação de ações de titularidade do Estado numa sociedade anônima, algumas condições deverão ser atendidas:

ALTERNATIVAS:

- a) o preço mínimo de alienação das ações deverá ser fixado por lei, depois de desenvolvido criterioso trabalho de avaliação patrimonial da empresa;
- b) o preço de alienação das ações será livremente fixado pela Bolsa de Valores, tendo-se como parâmetro o valor de mercado destas ações;
- c) não há necessidade de fixação de valor mínimo das ações porque a sociedade de economia mista se sujeita às normas de mercado e estas é que definirão o valor a ser apresentado como lance mínimo na alienação;
- d) cabe à União Federal a iniciativa de projeto de lei que autorize a alienação das referidas ações em razão da previsão constitucional de competência legislativa da União para a disciplina de Direito Comercial;
- e) é imprescindível a prévia autorização da Assembléia Geral da Sociedade de Economia Mista, mediante quorum qualificado.

COMERCIAL

37.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 23

Assinale a alternativa incorreta:

ALTERNATIVAS:

- a) há possibilidade da responsabilidade pessoal do sócio quotista ser igual à responsabilidade do acionista.
- b) Os administradores das sociedades comerciais podem vir a ser responsabilizados de forma diferenciada em relação aos demais sócios.
- c) Admite-se acionista menor de idade que possa vir a integrar uma sociedade por ações, fazendo-se representar por seu representante legal.
- d) A possibilidade de participação de sócio menor de idade é incondicional na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, assim como na sociedade anônima.
- e) Via de regra, em razão do administrador ser dotado de poderes que lhe são conferidos pela lei e pelo estatuto social, não responde pelas obrigações assumidas em nome da sociedade.

COMERCIAL

38.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 25

Quanto aos títulos de crédito em espécie:

ALTERNATIVAS:

- a) a nota promissória e o cheque são títulos que foram criados pelo direito brasileiro, adaptando-se às necessidades do comércio da época de sua elaboração legislativa.
- b) As debêntures são títulos de emissão exclusiva das sociedades anônimas e sociedades por quotas de responsabilidade limitada em razão do disposto no art. 18 do Decreto nº 3.708/19 que prevê a aplicação subsidiária da lei das sociedades anônimas.
- c) A duplicata recebeu esta denominação porque surgiu como uma cópia circulante da fatura. A fatura é documento de emissão obrigatória para compra e venda e prestação de serviço à prazo, não sendo obrigatória a emissão de duplicata.
- d) A letra de câmbio, muito embora prevista no Decreto nº 3.708/19 não tem utilização prática no Brasil em razão do não acolhimento da Lei Uniforme de Genebra quanto a tal título.
- e) A disciplina do cheque foi recentemente modificada a fim de se admitir expressamente, na legislação brasileira, o cheque chamado de pré ou pós-datado.

CONSTITUCIONAL

39.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 26

Declarada a inconstitucionalidade de lei pelo Supremo Tribunal Federal, a eficácia erga omnes da decisão dependerá da suspensão de sua execução pelo Senado Federal:

ALTERNATIVAS:

- a) com a posterior sanção do Presidente da República;

- b) só quando o objeto da decisão tratar de lei estadual inválida;
- c) só quando a declaração de inconstitucionalidade tenha sido proferida incidentalmente no curso de um processo comum;
- d) só quando o Supremo Tribunal Federal assim decidir;
- e) a eficácia erga omnes da decisão independe da manifestação do Senado Federal.

CONSTITUCIONAL

40.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 79

O artigo 1º da Constituição Federal dispõe que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

ALTERNATIVAS:

- a) a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução da criminalidade e das desigualdades sociais e regionais;
- b) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político;
- c) a promoção do bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- d) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional;
- e) a independência e harmonia dos poderes da União.

CONSTITUCIONAL

41.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 80

Marque a alternativa falsa:

ALTERNATIVAS:

- a) ocorre inconstitucionalidade por ação quando faltar normas regulamentadoras que, inviabilizem o exercício de direitos e liberdades constitucionais;
- b) o Advogado-Geral da União atua como curador da presunção da constitucionalidade do ato impugnado;
- c) pela Constituição Federal conhecem-se duas formas de inconstitucionalidade: por ação ou por omissão;
- d) pela Constituição do Estado do Paraná o Procurador Geral do Estado é parte legítima para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face daquela Constituição;

- e) a competência para julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei federal é exclusivamente do Supremo Tribunal Federal.

CONSTITUCIONAL

42.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 81

Não é característica dos direitos fundamentais a

ALTERNATIVAS:

- a) historicidade;
- b) inalienabilidade;
- c) onerosidade;
- d) imprescritibilidade;
- e) indivisibilidade.

CONSTITUCIONAL

43.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 82

Podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade em face da Constituição Federal:

ALTERNATIVAS:

- a) as leis e atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais;
- b) apenas as leis e atos normativos federais, estaduais e distritais;
- c) tão-somente as leis e atos normativos federais e estaduais;
- d) exclusivamente as leis e atos normativos federais;
- e) exclusivamente os atos normativos municipais.

CONSTITUCIONAL

44.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 83

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) A Constituição de 1988 consagra um regime de democracia representativa absolutamente incompatível com qualquer forma de democracia direta ou “de identidade”;
- b) A Constituição de 1988 não impede que o legislador ordinário crie um tipo de “recall” para cassar o mandato do representante infiel às teses programáticas assumidas durante o processo eleitoral;

- c) A filiação partidária não constitui condição de elegibilidade no sistema constitucional brasileiro;
- d) A fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato, lei complementar poderá estabelecer outras hipóteses de inelegibilidade, além daquelas já previstas na Constituição Federal;
- e) Nos termos da Constituição Federal, os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

CONSTITUCIONAL

45.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 84

Assinale a opção correta:

ALTERNATIVAS:

- a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal enfatiza que as disposições protegidas pelas cláusulas pétreas não podem sofrer qualquer alteração;
- b) Segundo orientação dominante no Supremo Tribunal Federal, os direitos assegurados em tratado internacional firmado pelo Brasil têm hierarquia constitucional e estão *ipso jure* protegidos por cláusula pétrea;
- c) Os direitos e garantias individuais protegidos por cláusula pétrea são somente aqueles elencados no catálogo de direitos individuais;
- d) Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, a introdução de um sistema parlamentar de governo ou do regime monárquico pode ser realizada por simples Emenda Constitucional;
- e) Segundo o entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, normas constitucionais originárias não podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

CONSTITUCIONAL

46.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 85

Se o Presidente da República vetar projeto de lei cuja votação foi concluída na Câmara dos Deputados, o veto

ALTERNATIVAS:

- a) será apreciado pela Casa em que a votação do projeto teve início, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento;
- b) será apreciado em sessão da Casa onde a votação foi concluída, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento;
- c) será apreciado pelo Senado Federal, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento;

- d) será apreciado em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento;
- e) será apreciado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal.

CONSTITUCIONAL

47.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 86

A cláusula do devido processo legal

ALTERNATIVAS:

- a) foi introduzida, expressamente, no plano constitucional, pela constituição de 1934, com o sentido formal de proteção geral dos direitos fundamentais;
- b) foi introduzida, de modo expresso, pela Constituição de 1946 com o sentido de remédio constitucional;
- c) foi introduzida, no plano constitucional, desde a constituição de 1946, aplicando-se, com sentido substantivo e instrumental, apenas aos processos judiciais criminais;
- d) sempre esteve presente, de modo expresso, em todas as constituições democráticas; brasileiras, significando o direito ao regular curso da administração da justiça pelos juizes e tribunais, que abrange, dentre outros, o direito à citação e ao contraditório;
- e) foi introduzida, de modo expresso, pela Constituição de 1988 e tem servido de fundamento, inclusive, para o controle da adequação e da razoabilidade das leis.

CONSTITUCIONAL

48.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 91

A Constituição Federal assegura o direito de greve:

ALTERNATIVAS:

- a) a todos os trabalhadores e aos servidores públicos civis sem condições ou limites;
- b) aos servidores públicos, devendo ser exercido nos termos e limites definidos em lei complementar;
- c) aos servidores públicos, devendo ser exercido nos termos e limites definidos em lei específica;
- d) aos trabalhadores e aos servidores públicos, sendo que estes últimos só em caso de sindicalização;
- e) aos trabalhadores e aos servidores públicos, civis e militares, desde que através dos respectivos sindicatos.

49.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 90

O Estado do Paraná editou lei sobre matéria de competência privativa da União:

ALTERNATIVAS:

- a) referida lei é inconstitucional porque os estados-membros não podem invadir a competência da União;
- b) referida lei é constitucional porque seu âmbito espacial de validade não ultrapassa os limites territoriais do Estado;
- c) referida lei é constitucional porque o Presidente da República autorizou os Estados a legislarem sobre a matéria;
- d) referida lei é constitucional porque Congresso Nacional, por meio de uma lei ordinária, autorizou aos Estados a legislarem sobre a matéria;
- e) referida lei é constitucional porque autorizada por lei complementar federal, limita-se ao tratamento de questões específicas da matéria de competência da União.

TRABALHO

50.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 87

Tendo o Estado do Paraná, no dia 01.04.2002, rescindido sem justa causa um contrato de trabalho celebrado há mais de um ano com uma servidora pública estadual, é correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) Sendo ente público, não está sujeito à homologação da rescisão;
- b) Deverá depositar, a título de multa fundiária prevista no art. 10, inciso I, do ADCT da CR/88, o equivalente a 50% do total dos depósitos devidos na conta vinculada do FGTS do empregado;
- c) Será condenado a pagar com um acréscimo de 50% o montante incontroverso das verbas rescisórias não pagas na data do comparecimento em juízo;
- d) Deverá pagar à servidora pública estadual o equivalente à contribuição mensal ao FGTS de 8% relativa ao mês da rescisão e ao último mês de trabalho que ainda não houver sido recolhida;
- e) Apenas as alternativas A e B estão corretas.

TRABALHO

51.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 44

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) Considera-se alteração ilícita do contrato de trabalho a supressão de verba habitualmente paga sob a rubrica “adicional de insalubridade”, sem que o empregado jamais tenha laborado em condições insalubres.
- b) O adicional de transferência pago por período superior a três meses incorpora-se à remuneração do empregado, não podendo ser suprimido, ainda que retorne o empregado a prestar serviços no local originariamente contratado.
- c) Dado o caráter nocivo do labor em sobrejornada, é possível ao empregador, sem qualquer ônus, suprimir horas extras habitualmente prestadas pelo empregado há mais de um ano, voltando o empregado a cumprir jornada normal inicialmente pactuada.
- d) O adicional de periculosidade em razão do contato com explosivos é devido proporcionalmente às horas que o empregado permanece na área de risco.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

TRABALHO

52.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 38

Antônio é contratado para prestar jornada de trabalho de 44 horas semanais. Para realizá-las deveria trabalhar das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira e mais das 08:00 à 12:00 nos sábados. Ocorre que Antônio nunca chegou a trabalhar aos sábados pois, neste dia, o setor em que o empregado laborava nunca funcionou em razão de problemas técnicos. Sanados os problemas, um ano após sua contratação, o empregador determinou que Antônio trabalhasse aos sábados, conforme estipulado no contrato.

Sobre esta questão, leia atentamente as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta que as segue:

- I) É cabível a determinação, pois o pactuado no contrato deve ser respeitado.
- II) É cabível a determinação porque mesmo não tendo cumprido a jornada pactuada o empregado recebeu o salário integral.
- III) Não é cabível a determinação porquanto, atendendo-se o preceituado no Princípio da Primazia da Realidade, a situação que se vislumbrou no contrato, desde seu início, já faz parte do patrimônio de empregado, sendo ilícita a alteração posterior relativamente à jornada de trabalho.
- IV) É cabível a determinação pois havia justo motivo para que não se trabalhasse aos sábados, estando esta situação enquadrada dentro do “JUS VARIANDI”.
- V) O cabimento da determinação nada tem haver com “Jus Variandi”, mas

sim com o poder de controle que tem o empregador.

VI) A determinação é uma alteração contratual lícita, que enquadra-se no texto do art. 468 da CLT, nada tendo haver com o “Jus Variandi”.

VII) Como a alteração é ilícita, pois interfere diretamente em um dos elementos do contrato, não há que se falar em “Jus Variandi”.

Agora assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) todas estão erradas;
- b) todas estão corretas;
- c) estão corretas as afirmativas I, II e IV;
- d) estão corretas as afirmativas III e VII;
- e) estão corretas as afirmativas I, II, V e VI.

TRABALHO

53.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 89

Em relação aos dissídios coletivos é correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) é cabível ação rescisória da sentença normativa;
- b) é incompatível o instituto processual da oposição, para discussão da legitimidade sindical ativa;
- c) a ação desconstitutiva trabalhista não difere da ação desconstitutiva do direito comum;
- d) como o sindicato é o legítimo representante dos integrantes da categoria, a instauração da instância independe de prévia autorização dos trabalhadores interessados em assembleia;
- f) a empresa não pode ser suscitada em dissídio coletivo, eis que somente o sindicato representa a categoria econômica.

TRABALHO

54.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 88

Nos processos Trabalhistas, o Estado do Paraná:

ALTERNATIVAS:

- a) tem prazo em dobro para interposição de recurso adesivo;
- b) será isento do pagamento de custas nos mandados de segurança em que é impetrante;

- c) tem prazo em quádruplo para se defender e, assim, a resposta poderá ser apresentada oralmente em audiência, tendo 80 minutos para fazê-la nos termos do art. 847, da CLT;
- d) pode ser citado na pessoa de qualquer dos procuradores do estado integrantes da carreira;
- e) somente é representado em juízo por seus procuradores que estão dispensados de juntar a delegação de poderes.

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

55.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 43

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) Justifica-se a inclusão da condenação criminal como justa causa ante a quebra de necessária confiança que deve existir entre as partes.
- b) O ato de improbidade pode se configurar ainda que não haja prejuízo ao empregador, colegas de trabalho ou terceiro, bastando para tanto a mera tentativa pelo empregado.
- c) A negociação habitual somente se configura como justa causa se importar em atos de concorrência com o empregador.
- d) O elemento dolo pode estar presente na ocorrência de desídia, embora não seja indispensável à caracterização desta falta.
- e) A reiterada imperícia do empregado pode justificar a rescisão por justa causa.

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

56.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 46

Um Secretário de Estado contrata vários funcionários, sem concurso público, pelo regime CLT. O Ministério Público do Trabalho, entende ilegal a contratação e determina que não se efetuem quaisquer pagamentos. Assim, de pronto, ocorre a rescisão dos contratos de trabalho, verbalmente, sem qualquer formalidade ou pagamento. Diante desse quadro, é correto afirmar:

ALTERNATIVAS:

- a) os funcionários não terão direito a nada.
- b) Os funcionários terão direito tão somente ao saldo de salário e saque dos valores existentes no FGTS.
- c) Os funcionários terão direito a rescisão contratual, saldo de salário, verbas rescisórias e FGTS com a indenização legal, além das guias de seguro desemprego.
- d) Os funcionários terão direito a todas as parcelas decorrentes do vínculo de emprego, a

título de indenização.

- e) Os funcionários somente terão direito a sacar os valores depositados no FGTS, mais indenização legal e receber as guias de seguro desemprego.

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

57.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 45

Um reclamante ingressou com reclamação trabalhista contra o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, indicando o endereço do Palácio da Justiça para notificação do reclamado, o qual não compareceu à audiência. Diante desses fatos é correto afirmar:

ALTERNATIVAS:

- a) aplica-se ao reclamado a pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
b) Tratando-se de órgão público não se aplica a pena de revelia e confissão.
c) A reclamação deveria ter sido proposta em face do Estado do Paraná, no endereço do Tribunal de Justiça.
d) A reclamação deveria ter sido endereçada ao Presidente do Tribunal de Justiça, em notificação pessoal.
e) Há nulidade do processo a partir da notificação, eis que deveria ter sido notificado o Procurador Geral do Estado.

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

58.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 39

Após ler as afirmativas abaixo, assinale a assertiva correta

- I) Citação do reclamado. Se não for regularmente efetuada, implica em nulidade do processo. Contudo, se o reclamado comparecer, apresentando defesa, não terá qualquer prejuízo e o Processo Trabalhista prosseguirá normalmente.
- II) Ocorre o Chamamento ao processo no caso de devedores solidários, o que difere da Denúncia da lide, cabível àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda trabalhista.
- III) O procedimento sumaríssimo é aplicável às lides cujo valor da causa não ultrapasse a quarenta salários mínimos, excluídos os entes da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, para quem a Lei não estabelece limite no valor da causa.
- IV) A petição inicial que traz pedidos cujos valores líquidos ultrapassem o limite de quarenta salários mínimos deve ser processada pelo rito ordinário, ainda

que tenha o reclamante atribuído valor da causa inferior aos quarenta salários. Para que não haja desvio de rito deve o juiz adequar o valor da causa.

- V) Pelas suas peculiaridades são absolutamente incompatíveis os procedimentos utilizados pelas Comissões Prévias de Conciliação e o Rito Sumaríssimo. Desta forma fica claro que a tentativa conciliatória frustrada em uma Comissão só poderá correr, em juízo sob o rito ordinário.

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) As alternativas II e III estão corretas;
- b) As alternativas I, II, III e IV estão corretas;
- c) As alternativas I e V estão corretas;
- d) As alternativas I, II e IV estão corretas;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

59.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 40

Jóca trabalhou na Construtora JK, como mestre de obras, no período de maio de 1990 até janeiro de 2001. Foi contratado em Curitiba, onde laborou para o empregador pelo período de 5 anos. Após este período foi transferido várias vezes por real necessidade de serviço, tendo estado, por final, em Londrina, onde trabalhou em uma das filiais do empregador, onde fixou residência e lá está até hoje e onde se deu o encerramento do contrato. Jóca vai ingressar com Reclamatória Trabalhista contra o ex-empregador. Considerando os fatos assinale a resposta correta:

ALTERNATIVAS:

- a) antes de ingressar com a reclamatória haverá necessidade de que Jóca ingresse com os pedidos na Comissão de Conciliação Prévia. Como não há uma Londrina deverá fazê-lo em Curitiba, onde há, mesmo porque foi lá que efetivou seu Contrato.
- b) Antes de ingressar com a reclamatória haverá necessidade de que Jóca ingresse com os pedidos na Comissão de Conciliação Prévia. Como não há uma instalada em Londrina esta exigência fica sem efeito, podendo Jóca propor a ação sem o Termo que lá seria emitido.
- c) Antes de ingressar com a reclamatória haverá necessidade de que Jóca ingresse com os pedidos na Comissão de Conciliação Prévia. Como não há uma em Londrina Jóca deverá procurar a mais próxima do local da última prestação de serviço.
- d) Na verdade a Lei 9958/2000 não exige que se tente a conciliação nas Comissões, apenas

faculta esta possibilidade a empregados e empregadores. Desta forma Jóca poderá propor a Reclamatória mesmo que não haja Comissão instalada em Londrina.

e) Todas estão erradas.

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

60.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 41

Leia as afirmativas abaixo.

- I) A relação de emprego apenas ficará caracterizada quando, no trabalho executado, tivermos a pessoalidade, a onerosidade, a continuidade e a subordinação, sendo que a falta de um deles descaracteriza o instituto.
- II) Sempre que em um contrato de Estágio estiverem presentes as condições consideradas pela Lei como próprias de uma relação de emprego o estagiário será considerado empregado, exceção feita ao serviço público.
- III) O contrato de subempreitada é aquele no qual quem se comprometeu a realizar determinada obra repassa a obrigação pela execução do contrato, total ou parcialmente, a outrem. Neste caso o subempreiteiro responde pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar. Se descumpri-las o empregado terá direito a reclamar seus direitos contra o empreiteiro, com quem passará a ter, inclusive, vínculo de emprego.

Considerando as afirmativas acima assinale a resposta correta:

ALTERNATIVAS:

- a) as alternativas I e III estão erradas;
- b) as alternativas II e III estão erradas;
- c) as alternativas I e II estão erradas;
- d) Apenas a alternativa I está errada;
- e) Apenas a alternativa II está errada;

TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

61.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 42

Leia as questões abaixo:

- I) As horas extras da jornada normal podem ser compensadas desde que o limite diário não ultrapasse a 10 horas e a compensação seja feita, no máximo em um ano após a realização do trabalho extraordinário;
- II) Se o empregado faltar, injustificadamente, em um dos seis dias que ante-

cedem ao descanso semanal remunerado perderá direito a ele.

- III) Salário Complessivo é aquele que engloba, em uma importância fixa ou proporcional ao ganho básico a remuneração conjugada de vários institutos, sem sua individualização. Assim, a remuneração inclui horas extras, adicional noturno, comissões e adicional de insalubridade, por exemplo. Em havendo pacto desta natureza no contrato ele deve ser cumprido integralmente, sem possibilidade de novo ajuste.

Agora responda a questão correta.

ALTERNATIVAS:

- a) as alternativas II e III estão erradas.
- b) as alternativas I e III estão erradas.
- c) as alternativas I e II estão erradas.
- d) todas as alternativas estão erradas.
- e) Não há alternativa errada nas afirmativas apresentadas.

PENAL E PROCESSUAL PENAL

62.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 54

“O pagamento do débito antes do recebimento da denúncia nos crimes fiscais, incide no campo da (o):”

ALTERNATIVAS:

- a) Tipicidade da conduta;
- b) ilicitude da conduta;
- c) culpabilidade da ação;
- d) desvalor da ação;
- e) punibilidade.

PENAL E PROCESSUAL PENAL

63.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 56

São crimes praticados por funcionário público contra a administração pública:

ALTERNATIVAS:

- a) concussão, exploração de prestígio, prevaricação, advocacia administrativa, descaminho e corrupção passiva.
- b) Peculato, corrupção passiva, desobediência, advocacia administrativa, concussão e abandono de função.

- c) Concussão, corrupção passiva, descaminho, abandono de função, prevaricação e violência arbitrária.
- d) Peculato, prevaricação, corrupção passiva, violência arbitrária, abandono de função e advocacia administrativa.
- e) Corrupção passiva e exploração de prestígio.

PENAL E PROCESSUAL PENAL

64.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 55

“O crime descrito no art. 7, inciso II, da Lei 8.137/90: *“Vender ou expor a venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial”*, é considerado.”

ALTERNATIVAS:

- a) crime material;
- b) crime de perigo abstrato;
- c) crime de dano;
- d) crime preterdoloso;
- e) crime habitual.

PENAL E PROCESSUAL PENAL

65.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 54

“Nos crimes de sonegação fiscal referentes a tributos estaduais, a respectiva ação penal.”

ALTERNATIVAS:

- a) é pública condicionada à representação da autoridade fiscal;
- b) é pública condicionada à representação da autoridade fiscal e ao julgamento final do conselho de contribuintes;
- c) é pública condicionada à requisição do Secretário da Fazenda;
- d) é pública incondicionada não dependendo de representação ou requisição;
- e) é pública condicionada ao respectivo parcelamento perante a autoridade administrativa.

PENAL E PROCESSUAL PENAL

66.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº

“A inserção de dados em sistema de informações por parte de funcionário autorizado visando obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano (art. 313-A do Código

Penal), prevê a figura de:"

ALTERNATIVAS:

- a) apropriação indébita de bem público;
- b) apropriação indébita de bem público infungível;
- c) peculato simples;
- d) peculato eletrônico;
- e) falso ideológico agravado pelo resultado.

PENAL E PROCESSUAL PENAL

67.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 53

Inconformado com decisão unânime da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, que manteve sentença condenatória, o réu interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, fundado no art. 105, III, letras a e c, da Constituição Federal.

Denegado o processamento do recurso:

ALTERNATIVAS:

- a) Cabe a interposição de recurso de agravo regimental, no prazo de 10 dias.
- b) Não cabe a interposição de algum recurso.
- c) Cabe a interposição de agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.
- d) Cabe a interposição de agravo de instrumento, no prazo de 5 dias.
- e) Cabe a impetração de mandado de segurança.

PREVIDENCIÁRIO

68.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 95

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS promoveu, perante a Justiça Federal, Execução Fiscal contra o Estado do Paraná, com fundamento em Certidão de Dívida Ativa (título executivo extrajudicial) originada de autuação pelo não-recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração de funcionários públicos paranaenses. Preliminarmente, o Estado, em sua defesa, alegou a carência de ação, já que a execução forçada não é permitida contra a Fazenda Pública, sem prévia ação de conhecimento, seguindo-se o rito estabelecido nos artigos 730 e 731, do CPC. No mérito, o Estado alegou que os funcionários em questão ocupam cargos efetivos na administração estadual e ainda, ocupam cargos comissionados e cuja remuneração corresponde ao cargo efetivo, acrescido de percentual referente ao cargo em comissão, até o limite constitucional, estando sujeitos ao Regime Previdenciário Próprio e não ao Regime Geral de Previdência. É correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) o INSS não poderia ter promovido a execução forçada sem prévia ação de conhecimento contra a Fazenda Estadual e ainda não poderia ter autuado o Estado do Paraná, em face da imunidade recíproca estabelecida no art. 150, VI, a, da Constituição Federal;
- b) o INSS não poderia ter promovido a execução forçada sem prévia ação de conhecimento contra a Fazenda Estadual e ainda, não poderia ter autuado o Estado do Paraná pelo não-recolhimento das contribuições previdenciárias, por que somente as empresas privadas estão sujeitas a sua fiscalização e autuação;
- c) o INSS poderia ter promovido a execução forçada, independentemente de prévia ação de conhecimento, entretanto, as contribuições previdenciárias foram corretamente recolhidas ao tesouro estadual, já que incidentes sobre a remuneração de servidores ocupantes de cargo efetivo do Estado do Paraná;
- d) o INSS poderia ter promovido a execução forçada, independentemente de prévia ação de conhecimento, bem assim, a autuação foi correta, já que o Estado foi notificado para exercer ampla defesa, não sendo, por isso, passível de anulação o processo administrativo-base da autuação fiscal, e ainda, que as contribuições são devidas ao Instituto Federal, já que incidem sobre a remuneração de cargos comissionados;
- e) o INSS, independentemente de promover a execução forçada ou prévia ação de conhecimento contra a Fazenda Estadual, seguindo a partir daí, o disposto nos arts. 730 e 731, do CPC, não poderia ter autuado o Estado do Paraná pelo não-recolhimento das contribuições previdenciárias, já que somente o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a administração pública, está sujeito ao Regime Geral de Previdência Social.

PREVIDENCIÁRIO

69.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 97

Os limites das despesas com o funcionalismo público, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a que alude o art. 169, da Constituição Federal, estão estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que no art. 19 fixou os limites globais considerando a verticalização dos Poderes (União 50% e Estados e Municípios 60% da receita corrente líquida) e no art. 20 fixou a repartição dos limites globais, de forma horizontal, entre os três Poderes, o Tribunal de Contas e ainda, o Ministério Público. Já há na doutrina, vozes defendendo a exclusão das despesas com pessoal inativo do cômputo do limite global, com fundamento no art. 19, § 1º, VI, a, b, c, da lei sob comento. Uma boa hermenêutica levaria à seguinte conclusão acerca das normas acima referidas:

ALTERNATIVAS:

- a) as despesas com pessoal inativo não devem ser computadas no limite global da receita

corrente líquida, se provenientes da arrecadação das contribuições dos segurados;

- b) as despesas com pessoal inativo não devem ser computadas no limite global da receita corrente líquida, se provenientes da arrecadação das contribuições dos segurados e da compensação financeira entre os regimes previdenciários (geral e próprio) e ainda, de outras receitas diretamente arrecadadas por fundos previdenciários.
- c) as despesas do ente público com pessoal inativo não devem ser computadas no limite global da receita corrente líquida, já que o art. 19, § 1º, VI, excepcionou expressamente tais despesas do limite global;
- d) as despesas do ente público com pessoal inativo não devem ser computadas no limite global da receita corrente líquida, já que o art. 19, § 1º, VI, excepcionou expressamente tais despesas do limite global, bem como, não devem compor os limites horizontais previstos no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- e) as despesas do ente público com pessoal inativo não devem ser computadas no limite global da receita corrente líquida, já que o art. 19, § 1º, VI, excepcionou expressamente tais despesas do limite global, entretanto, devem compor os limites horizontais previstos no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

PREVIDENCIÁRIO

70.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 2

Com fundamento no disposto no art. 40, §§ 14 e 15 da Constituição Federal, o Estado do Paraná pode:

ALTERNATIVAS:

- a) editar lei complementar instituindo regime de previdência complementar para seus servidores estatutários, desde que assegure o pagamento de proventos e pensões equivalentes ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social;
- b) editar lei complementar instituindo regime de previdência complementar para seus servidores estatutários, desde que assegure o pagamento de proventos e pensões equivalentes ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social e desde que faculte a adesão aos atuais funcionários ocupantes de cargos efetivos;
- c) editar lei complementar instituindo regime de previdência complementar para seus servidores estatutários, desde que assegure o pagamento de proventos e pensões equivalentes ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, obrigando a inclusão de todos os funcionários ocupantes de cargos efetivos;
- d) instituir regime de previdência complementar para os servidores ocupantes de cargos efetivos, assegurando-lhes, porém, o pagamento de proventos e pensões equivalentes ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, facultando a adesão, prévia e expressa, aos atuais funcionários estatutários.

- e) Desde que institua regime de previdência complementar para os servidores ocupantes de cargos efetivos, fixar o valor de proventos e pensões equivalentes ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, podendo incluir, somente mediante prévia e expressa opção, os atuais funcionários ocupantes de cargos efetivos, após a edição de lei complementar, pela União, que disponha sobre as regras gerais, observado o art. 202, da CF.

71.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 1

A Constituição Federal garante aos servidores públicos contemplados no art. 40, a paridade entre os proventos de inatividade e a remuneração, inclusive, com a revisão na mesma proporção e na mesma data em que houver qualquer modificação na remuneração dos servidores em atividade (art. 40, §§ 3º e 8º, CF). Diante disso, quanto ao § 7º, do art. 40, CF, que trata das pensões pode-se afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) às pensões decorrentes de morte de servidores públicos tratados nos dispositivos referidos aplica-se o critério de paridade; isto é, corresponderão à totalidade dos proventos ou remuneração que receberia o servidor, se vivo fosse;
- b) às pensões decorrentes de morte de servidores públicos tratados nos dispositivos referidos aplica-se o critério de paridade; entretanto, a lei pode dispor acerca da divisão das cotas ou percentuais devidos entre os beneficiários da pensão, suprimindo uma das cotas ante a inexistência de beneficiário, ou seja, v.g., havendo viúvo (a), mas não havendo filhos, a pensão que seria destinada no percentual de 50%, correspondendo à cota dos filhos, não seria paga, pagando-se apenas, a cota destinada à (o) viúva (o) correspondente ao percentual dos outros 50%;
- c) às pensões decorrentes de morte de servidores públicos tratados nos dispositivos referidos aplica-se o critério de paridade; entretanto, a lei pode dispor acerca da divisão das cotas ou percentuais devidos entre os beneficiários da pensão, suprimindo uma das cotas ante a inexistência de beneficiário, ou seja, havendo viúvo (a), mas não havendo filhos, a pensão que seria destinada no percentual de 50%, correspondendo à cota dos filhos, não seria paga, pagando-se a cota destinada à viúva (o) correspondente ao percentual dos outros 50%, desde que acrescida de um percentual a título de cota familiar;
- d) às pensões decorrentes de morte de servidores públicos tratados nos dispositivos referidos não se aplica o critério de paridade;
- e) às pensões decorrentes de morte de servidores públicos tratados nos dispositivos referidos não se aplica o critério de paridade; pois contrariaria o equilíbrio atuarial do sistema de seguridade funcional.

72.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 71

Gumercindo propôs ação contra Abílio, pleiteando a indenização dos danos materiais que sofreu em decorrência de acidente de trânsito. O pedido foi julgado improcedente, uma vez que não ficou demonstrada a culpa do réu. Após o trânsito em julgado de sentença, Gumercindo propôs ação contra Abílio, visando a indenização do dano moral decorrente do mesmo acidente. Sobre esta segunda ação, assinalar a alternativa correta.

ALTERNATIVAS:

- a) o processo deverá ser extinto sem julgamento do mérito, por força da coisa julgada material;
- b) o pedido deverá ser julgado improcedente, como consequência da sentença transitada em julgado no processo anterior;
- c) se o autor fizer prova da culpa do réu, o pedido deverá ser julgado procedente, pois isso não é obstado pela coisa julgada material que se formou em relação à sentença anterior;
- d) o pedido nela formulado deveria ter constado da petição inicial do processo anterior; como não constou, não pode ser formulado em outro processo;
- e) o pedido deve ser julgado improcedente, porque o dano moral só pode ser indenizado juntamente com o material.

PROCESSO CIVIL

73.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 68

Fulano e Beltrano estavam no interior de um automóvel, que trafegava regularmente, quando foi colhido por um caminhão que, sem as devidas cautelas, cruzou um via preferencial. Fulano, que dirigia o automóvel, propôs ação indenizatória, que foi julgada procedente, tendo a sentença transitado em julgado. Nesse caso:

ALTERNATIVAS:

- a) se for proposta ação por Beltrano, visando a indenização que ele sofreu, por decorrência do mesmo acidente, a culpa do réu não poderá ser mais discutida, por força da coisa julgada material que se operou em relação à sentença proferida na ação proposta por Fulano;
- b) Beltrano poderá aproveitar a sentença proferida no processo da ação proposta por Fulano e, simplesmente, após promover a liquidação dos danos que sofreu, requer a respectiva execução;
- c) Na ação proposta por Beltrano, se o réu provar que não foi o culpado pelo acidente, a sentença poderá julgar o pedido improcedente, pois a tanto não impede a coisa julgada material formada no processo da ação proposta por Fulano;

- d) Se Beltrano propuser ação, contra o mesmo réu, visando a indenização dos danos que sofreu, como consequência do mesmo acidente, o processo deverá ser extinto sem julgamento do mérito, pela existência de coisa julgada material no processo de ação proposta por Fulano;
- e) Beltrano deveria ter proposto a sua ação de indenização juntamente com a de Beltrano; como não o fez, não poderá pleitear a indenização em ação futura;

PROCESSO CIVIL

74.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 100

Considerando que a Lei nº 10352/2001, entrou em vigor no dia 28 de março de 2002, assinalar a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) todos os embargos infringentes ainda não julgados, mesmo que interpostos em data anterior à vigência da referida lei, contra acórdão que, por maioria, julgou apelação que impugnava sentença terminativa, não deverão ser conhecidos, por incabíveis;
- b) se a ação rescisória foi julgada improcedente, por maioria, em sessão do dia 26 de março de 2001 e o respectivo acórdão publicado no Diário Oficial da Justiça do dia 05 de abril do mesmo ano, os embargos infringentes serão cabíveis;
- c) o agravo de instrumento interposto no dia 22 de março de 2002, contra decisão proferida em audiência de instrução e julgamento realizada no procedimento ordinário, não deverá ser conhecido, porque, nos termos da lei vigente no dia do seu julgamento (Lei nº 10352/2001), o caso era de agravo obrigatoriamente retido;
- d) das sentença proferidas contra a União, o Estado o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público, que foram publicadas no Diário Oficial da Justiça após o dia 28 de março de 2002, embora tenham sido juntadas aos autos em data anterior, cujo valor da condenação for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, não será cabível o reexame necessário;
- e) a referida lei deve ser aplicada a todos os recursos interpostos após a sua vigência, ainda que impugnem decisões proferidas e publicadas no Diário Oficial da Justiça quando ela ainda não estava em vigor;

PROCESSO CIVIL

75.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 69

Assinalar a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) contra a Fazenda Pública não cabe execução de título extrajudicial;
- b) Estando o crédito tributário prescrito, a Fazenda Pública poderá cobrá-lo através de ação monitória;
- c) O pagamento dos créditos de natureza alimentar, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, deve ser efetuado independentemente de precatório;
- d) A Fazenda Pública não pode promover execução de título extrajudicial;
- e) O prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução não é contado em quádruplo, nem em dobro.

PROCESSO CIVIL

76.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 72

Em processo de procedimento ordinário, houve deferimento de produção de prova pericial, requerida pelo autor. Após o perito indicar o valor dos seus honorários, que foi aceito pelo juiz, o autor foi intimado para depositá-lo, não o fazendo no prazo marcado (cinco dias), nem nos trinta dias subseqüentes ao término do prazo. Nesse caso:

ALTERNATIVAS:

- a) o juiz deverá extinguir o processo sem julgamento do mérito;
- b) o juiz deverá determinar a intimação pessoal da parte e, caso esta não deposite o valor dos honorários periciais, extinguirá o processo sem julgamento do mérito;
- c) o juiz deverá considerar precluso o direito à produção, determinando o regular prosseguimento do processo;
- d) o juiz deverá aguardar a provocação da parte e, caso esta não requeira a extinção do processo no prazo de um ano, deverá extingui-lo de ofício;
- e) o juiz deverá determinar ao perito que realize a prova, para receber seus honorários ao final, em execução, se for o caso;

PROCESSO CIVIL

77.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 70

O Estado do Paraná propôs, na Comarca de Laranjeiras do Sul, onde tem domicílio o réu, ação de indenização de danos decorrentes de acidente de veículos, ocorrido em Ponta Grossa. Nesse caso:

ALTERNATIVAS:

- a) o juiz deverá, de ofício, declinar sua incompetência, indicando como competente uma das Varas da Fazenda Pública de Curitiba;
- b) se o réu opuser exceção de incompetência, alegando que é competente uma das Varas

da Fazenda Pública de Curitiba, o juiz deverá julgá-la procedente, porque o Estado do Paraná tem foro privilegiado.

- c) Se o réu opuser exceção de incompetência, alegando que são competentes o foro do domicílio do autor (Curitiba) ou o do local do fato (Ponta Grossa), o juiz deverá julgá-la procedente;
- d) A exceção que for oposta deverá ser julgada improcedente, porque contra a Fazenda Pública não cabe exceção de incompetência;
- e) A exceção de incompetência que for oposta deverá ser julgada improcedente, porque o foro da Comarca de Laranjeiras do Sul é competente para o julgamento da ação.

PROCESSO CIVIL

78.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 67

No caso de mandado de segurança requerendo a reintegração em cargo público, do qual o impetrante afirma que foi ilegalmente demitido, se a autoridade coatora não cumprir a sentença que o conceder:

ALTERNATIVAS:

- a) o impetrante deverá requerer a execução, pedindo que o impetrado seja citado para cumpri-la em 24 horas;
- b) por ter a decisão natureza mandamental, o juiz ou o tribunal deverá baixar decreto reintegrando o impetrante no cargo do qual foi ilegalmente demitido;
- c) o juiz ou o tribunal, no mesmo processo do mandado de segurança, determinará que a autoridade impetrada baixe decreto reintegrando o impetrante para o cargo do qual foi ilegalmente demitido;
- d) o juiz ou o tribunal poderá decretar a prisão do impetrado, por descumprimento de ordem judicial.
- e) A obrigação de reintegrar o impetrante no cargo será convertida em perdas e danos, devendo ele promover a respectiva execução;

PROCESSO CIVIL

79.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 99

No processo civil, o ato do juiz que decide incidente processual relativo a competência é:

ALTERNATIVAS:

- a) Irrecorrível;
- b) Apelável;

- c) Agravável;
- d) Passível, exclusivamente, de impugnação por mandado de segurança;
- e) Impugnável mediante embargos de divergência.

PROCESSO CIVIL

80.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 73

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) pode ser invocado, para se demonstrar dissídio jurisprudencial autorizador do recurso especial, outro acórdão do mesmo tribunal que proferiu a decisão recorrida.
- b) o recurso extraordinário nunca poderá ser interposto contra decisão de juiz de primeiro grau.
- c) Cabe recurso extraordinário contra a decisão de tribunal que, em última ou única instância, der a uma norma constitucional interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
- d) Cabendo contra uma mesma decisão recurso especial e recurso extraordinário, deverá ser interposto apenas o primeiro. Só depois de julgado o recurso especial terá início o prazo para o ajuizamento do recurso extraordinário.
- e) Não sendo unânime o acórdão que julga a apelação, devem ser interpostos embargos infringentes antes dos recursos especial e extraordinário.

PROCESSO CIVIL

81.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 76

Indique qual, entre as seguintes espécies de intervenção de terceiros, não veicula a proposição de uma nova ação:

ALTERNATIVAS:

- a) a oposição;
- b) a denunciação da lide;
- c) assistência simples;
- d) a oposição, quando formulada antes da audiência de instrução e julgamento;
- e) a denunciação da lide, quando formulada pelo réu.

PROCESSO CIVIL

82.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 74

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) se no momento oportuno do processo não se opôs a exceção de impedimento do juiz, tal matéria não poderá ser invocada como fundamento de ação rescisória contra a sentença de mérito proferida naquele processo.
- b) Se houve exceção de impedimento e esta foi rejeitada, não pode a parte tornar a invocar o impedimento em ação rescisória.
- c) A suspeição do juiz não serve de fundamento para ação rescisória.
- d) Tanto a incompetência absoluta quanto a relativa servem de fundamento para ação rescisória.
- e) A incompetência relativa serve de fundamento para ação rescisória apenas quando houver sido oportunamente argüida mediante exceção e esta exceção houver sido rejeitada.

PROCESSO CIVIL

83.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 75

Faz coisa julgada material:

ALTERNATIVAS:

- a) o reconhecimento, pelo juiz, de que o autor era filho do *de cuius*, na ação em que se pleiteia participação na herança;
- b) o reconhecimento, pelo juiz, de que o autor estava em excesso de velocidade, na ação em que se pede indenização por acidente de trânsito;
- c) o reconhecimento, pelo juiz, de que não há litispendência, desde que tenha sido proposta ação declaratória incidental para tal fim;
- d) a narrativa dos eventos do processo, constante no relatório da sentença;
- e) a declaração de validade da relação contratual, no processo em que se cobra apenas uma das parcelas do preço estabelecido no contrato – desde que tenha sido proposta ação declaratória incidental relativamente a tal validade.

PROCESSO CIVIL

84.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 77

Cabe agravo retido:

ALTERNATIVAS:

- a) contra qualquer decisão interlocutória de primeiro grau;
- b) contra a decisão do relator que nega conhecimento, liminarmente, à apelação;

- c) contra a decisão de saneamento do processo que rejeita a alegação de prescrição;
- d) contra decisão que, no início do processo, indefere pedido de tutela antecipada, formulado na petição inicial;
- e) contra a decisão que, no processo executivo, rejeita a impugnação feita pelo exequente à nomeação de bem à penhora pelo executado.

PROCESSO CIVIL

85.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 78

Assinale a alternativa correta:

ALTERNATIVAS:

- a) concedida a antecipação de tutela, o processo extingue-se imediatamente a seguir, com julgamento de mérito favorável ao autor;
- b) não cabe a antecipação de tutela nas ações que versam sobre direitos indisponíveis;
- c) não cabe antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.
- d) Tendo havido prévio pleito do autor, e presentes os específicos requisitos, o juiz pode antecipar a tutela ao proferir sentença de procedência do pedido.
- e) não cabe antecipação de tutela quando o processo já está em segundo grau de jurisdição.

TRIBUTÁRIO

86.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 7

Quanto ao Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e doações (ITCMD) é correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) A materialidade da hipótese de incidência relativa à transmissão *causa mortis* abrange quaisquer bens e direitos recebidos em herança.
- b) A materialidade da hipótese de incidência relativa à transmissão *causa mortis* abrange somente os bens imóveis
- c) Não está sujeito ao princípio da anterioridade, ante norma constitucional de exceção.
- d) A materialidade da hipótese de incidência *doações* somente tem cabimento quando há doação expressa e por instrumento público.
- e) O excesso de meação não é hipótese de incidência do ITCMD quanto ao fato *doação*.

TRIBUTÁRIO

87.ª QUESTÃO:

Com relação ao ICMS é correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) O critério temporal do ICMS quanto às operações de circulação de mercadorias corresponde à saída da mercadoria do estabelecimento comercial, industrial ou produtor.
- b) O critério quantitativo do ICMS quanto à Base de Cálculo nas operações de circulação de mercadorias corresponde ao valor de venda somado ao valor do IPI em qualquer caso.
- c) O princípio da não-cumulatividade implica na compensação do valor do tributo devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços, com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo Estado ou Distrito Federal.
- d) A isenção ou não-incidência não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, ou poderá acarretar anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo se a legislação estadual instituidora do ICMS dispuser de forma diferente.
- e) Aplica-se a alíquota interna nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidores finais de outros Estados, quando o destinatário for também contribuinte do ICMS.

88.ª QUESTÃO:

Uma das hipóteses de incidência do ICMS refere-se às “operações de circulação de mercadorias”, sendo incorreto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) *Operações* são atos jurídicos regulados pelo Direito e aptos a produzirem determinada eficácia jurídica; são atos juridicamente relevantes.
- b) *Circulação* implica em mudança de titularidade, em disponibilidade jurídica da mercadoria, seja pelo domínio, seja pela posse.
- c) *Mercadorias* são as coisas objeto do comércio, destinadas à circulação econômica.
- d) *Mercadorias* são todas as coisas que umas pessoas transferem às outras, não importando a natureza do promotor da operação ou a destinação comercial que a ela dá o seu titular.
- e) Não são todas as Operações que constituem hipótese de incidência do ICMS, mas somente as Operações Jurídicas.

89.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 4

Quanto à Constituição do crédito tributário não é correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) O crédito tributário somente pode ser constituído pelo Lançamento.
- b) O Lançamento tributário constitui um dever da Administração enquanto que o pagamento do tributo constitui um dever do contribuinte.
- c) No Lançamento por Homologação o contribuinte é incumbido da apuração do fato impositivo, da quantificação do valor tributo devido, de seu pagamento e da informação ao Estado de seu procedimento para concordância deste.
- d) No Lançamento de Ofício o prazo decadencial é contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato.
- e) A notificação ao contribuinte, do Lançamento, somente é exigida no Lançamento de Ofício.

TRIBUTÁRIO

90.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 3

Assinale a alternativa incorreta:

ALTERNATIVAS:

- a) A anistia consiste no perdão da multa.
- b) A Remissão consiste no perdão do crédito tributário.
- c) A Isenção, quanto ao ICMS, pode ser livremente concedida pelo legislador ordinário estadual.
- d) A Isenção, quanto ao ICMS, deve ser precedida de Convênio entre os Estados.
- e) A Imunidade constitui uma limitação ao poder de tributar.

TRIBUTÁRIO

91.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 8

O art. 150, inciso II, da CF, ao vedar “instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos”.

ALTERNATIVAS:

- a) Admite a distinção entre categorias profissionais para tributar diferentemente as melhores remuneradas;
- b) Admite a distinção entre funções, permitindo a tributação favorecida de categorias de fun-

ção social, como o magistério e o funcionalismo público;

- c) veda qualquer distinção entre categorias semelhantes, ao ponto de vedar definitivamente a distinção entre quaisquer pessoas para fins de tributação, mesmo jurídicas, tornando inconstitucional emenda tendente a modificar esse regime de isonomia;
- d) obriga que toda exigência de tributo seja sempre proporcional, vedada portanto a utilização de tributos progressivos;
- e) veda a adoção de alíquotas diferenciadas conforme os rendimentos sejam, por exemplo, oriundos de atividade rural autônoma ou de trabalho assalariado, mas não veda a mesma distinção conforme sejam rendimentos oriundos de aplicação financeira ou de trabalho assalariado.

TRIBUTÁRIO

92.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 9

São regras de interpretação fixadas pelo Código Tributário Nacional:

ALTERNATIVAS:

- a) na ausência de disposição expressa, utiliza-se em primeiro lugar a analogia, e do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não expressamente previsto em lei;
- b) interpreta-se extensivamente as normas de legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção;
- c) após o uso de analogia, princípios gerais de direito tributário e princípios gerais de direito, na interpretação feita na ausência de norma expressa, utiliza-se a equidade, podendo de sua aplicação resultar a dispensa de pagamento de tributo devido;
- d) aplica-se sempre a lei vigente na época de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, ainda que posteriormente modificada ou revogada;
- e) a lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos alterados.

TRIBUTÁRIO FORMAL E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

93.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 14

Ajuíza a empresa “A” ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, cumulada com ação anulatória de ato administrativo tributário, no bojo da qual obteve medida antecipatória suspendendo a exigibilidade dos tributos referentes a períodos não fiscalizados.

Assinale a alternativa “FALSA”:

ALTERNATIVAS:

- a) São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário: moratória, depósito de seu montante integral, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do

processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e o parcelamento.

- b) São *numerus clausus*, as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- c) Tanto os períodos lançados como os períodos de apuração ainda não lançados podem ser objeto de “ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com anulatória de ato administrativo tributário” que comporta medida antecipatória suspensiva da exigibilidade do tributo.
- d) Se o processo administrativo com efeito suspensivo ainda está em curso, falece ao contribuinte o interesse de agir na propositura do mandado de segurança, mas diante da propositura da ação declaratória cumulada com anulatória o processo administrativo pode ser extinto “ex officio” pela administração.
- e) A administração tributária não pode formalizar o ato de lançamento durante o curso de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em que tenha sido concedida antecipação de tutela suspensiva da exigibilidade do tributo.

TRIBUTÁRIO FORMAL E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

94.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 17

Assinale a alternativa incorreta:

ALTERNATIVAS:

- a) Todo e qualquer Lançamento exige notificação do sujeito passivo, que poderá instaurar o processo administrativo fiscal promovendo defesa, a qual será apreciada em primeira instância pela autoridade fiscal responsável pela emissão do ato e em segunda instância (recurso) pelo Conselho de Contribuintes.
- b) A decisão irreformável do Conselho de Contribuintes, se favorável ao sujeito passivo, implica em extinção do crédito tributário.
- c) Após a decisão irreformável do Conselho de Contribuintes, se favorável ao Estado, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, notificando-se o sujeito passivo para pagamento amigável. Vencido esse prazo sem quitação do crédito, será emitida a Certidão de Dívida Ativa para ajuizamento da Execução Fiscal.
- d) A suspensão de exigibilidade do crédito não implica em impedimento para inscrição em Dívida Ativa, mas na não emissão do título executivo extrajudicial (Certidão) para ajuizamento, e no fornecimento de Certidão positiva com efeito negativo ao sujeito passivo.
- e) Depois da decisão irreformável do Conselho de Contribuintes no processo administrativo fiscal, ou do transcurso do prazo para defesa no Lançamento, o crédito é automaticamente inscrito em Dívida Ativa sem necessidade de notificação do sujeito passivo para pagamento amigável, emitindo-se o título executivo extrajudicial (Certidão) para ajuizamento imediato da Execução Fiscal.

95.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 18

Quanto ao Lançamento é correto afirmar que:

ALTERNATIVAS:

- a) Não poderá ocorrer alteração ou revisão do Lançamento, nem quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- b) Quando o Auto de Infração é expedido unicamente para impor o pagamento de uma multa pelo descumprimento de dever instrumental, não contém o ato do Lançamento, porque este pressupõe cobrança do tributo, além da multa moratória.
- c) Auto de Infração e Lançamento são atos únicos e não há entre eles nenhuma diferença.
- d) Somente no Auto de Infração é exigida a notificação do contribuinte, no Lançamento de Ofício a notificação é dispensável.
- e) Não se aplicam, no Lançamento, os princípios da ampla defesa e do contraditório, ou do devido processo legal.

96.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 16

Já transitados em julgado em desfavor da empresa “A”, os processos que essa promoveu e já durante o curso da execução fiscal, sobrevêm decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), na qual julga-se inconstitucional a cobrança do tributo sob execução.

Assinale a alternativa “FALSA”.

ALTERNATIVAS:

- a) O julgamento do STF, em sede ADIn, sobre matéria tributária implica na apreciação de inconstitucionalidade de “lei em tese”, o que é permitido pelo nosso ordenamento.
- b) Nas ações diretas (ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade) suas decisões possuem a característica de serem oponíveis “erga omnes”.
- c) Por ter sido promovida a ação pela Confederação Nacional da Indústria somente as empresas industriais associadas podem socorrer-se dos efeitos da decisão.
- d) Os pedidos de liminares em ações diretas somente poderão ser deferidos pelo voto da maioria absoluta dos membros do STF, salvo nos períodos de recesso.
- e) Mesmo que a ação declaratória cumulada com anulatória promovida pela empresa “A” já tenha transitado em julgado, poderá essa promover no prazo legal ação rescisória com

fundamento no art. 485, V do CPC.

TRIBUTÁRIO FORMAL E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

97.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 15

Julgado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal definitivamente procedente o pedido anulatório do auto de infração por vícios concernentes à fiscalização que ensejou a autuação, mas julgado improcedente o pedido de inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo e reconhecido judicialmente o montante do débito tributário, a Fazenda Pública lança novamente o débito da empresa “A”, inscreve em dívida ativa, extrai certidão e promove a execução fiscal.

Assinale a alternativa “FALSA”:

ALTERNATIVAS:

- a) mesmo durante o curso da execução fiscal a Procuradoria da Fazenda pode promover medida cautelar fiscal com o propósito de tornar indisponíveis bens da executada por verificar que o débito em execução é superior a 30% do patrimônio conhecido da empresa “A”.
- b) No bojo da medida cautelar poderá a Procuradoria pedir também a indisponibilidade de bens dos diretores da empresa “A”.
- c) Mesmo após proposta a execução e citado o devedor, em sendo detectados vícios no título executivo judicial este poderá ser emendado ou mesmo substituído.
- d) Não sendo encontrado o devedor ou bens a serem penhorados o processo poderá ser suspenso pelo juiz, não correndo, por qualquer tempo, o prazo de prescrição.
- e) Em seus embargos à execução fiscal, poderá a empresa “A” invocar a compensação de seus débitos com créditos líquidos e certos de qualquer natureza que detenha contra o estado, atendido o requisito do art. 741, VI c/c o art. 745 do CPC.

TRIBUTÁRIO FORMAL E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

98.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 13

Com a finalidade de promover judicialmente a defesa de seus interesses a empresa “A” diante do decreto de quebra de seu sigilo bancário durante o curso de processo administrativo, impetra mandado de segurança repressivo contra o ato administrativo que requisitou as informações bancárias e por considerar ilegal a utilização de força policial na fiscalização e a lacração de seus arquivos com a interdição de suas atividades, impetra outro mandado de segurança repressivo para suspender, por estes motivos formais relativos à fiscalização, os efeitos do autos de infração.

Assinale a alternativa “FALSA”.

ALTERNATIVAS:

- a) a lacração de salas e armários é providência lícita à administração tributária, afigurando-se incabível a impetração de mandado de segurança por inexistência de direito líquido e certo amparável pelo “writ”.
- b) Mesmo sendo constatada a prática de fraudes fiscais é lícita a interdição de atividade pela administração tributária, afigurando-se cabível a impetração de mandado de segurança.
- c) A quebra administrativa do sigilo bancário é matéria ainda controvertida e por ser considerada constitucional ou inconstitucional em virtude da inteligência a ser atribuída ao disposto no art. 5º, X e XII da CF, afigurando-se cabível a impetração de mandado de segurança para que seja dada solução pelo Poder Judiciário.
- d) A existência de vício formal no procedimento de fiscalização tributária não contamina o ato de lançamento, que dele independe.
- e) Na hipótese de concessão de liminar em mandado de segurança a Procuradoria da Fazenda pode agravar de instrumento e pedir ao Tribunal a imediata suspensão dos efeitos da medida concedida.

TRIBUTÁRIO FORMAL E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

99.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 11

Notificada do auto de infração por via postal com aviso de recebimento, a empresa “A” formulou tempestiva impugnação administrativa (reclamação) objetivando a anulação do ato administrativo.

Assinale a alternativa “FALSA”:

ALTERNATIVAS:

- a) a impugnação administrativa é a resistência formal do contribuinte à pretensão fiscal do Estado sobre seus bens e é direito que se assegura ao cidadão como meio de ver vivificado o primado da legalidade através do devido processo legal.
- b) A impugnação formulada pelo contribuinte caracteriza o conflito de interesses deduzido administrativamente, isto é, instala o litígio administrativo entre o órgão exator e o contribuinte e – já havendo formalmente “litigantes” – faz nascer o “processo administrativo” que recebe a incidência da norma constitucional garantidora da ampla defesa (art. 5º, LV, CF).
- c) Além da formulação da impugnação administrativa à pretensão fiscal assiste ao contribuinte o direito de se manifestar, na oportunidade prevista em lei, sobre as informações, pareceres, decisões, perícias e documentos formulados ou apresentados pelo órgão exator ou pela procuradoria, já que o “direito a ser ouvido” revela-se como uma das mais importantes manifestações do direito à ampla defesa.

- d) Iniciado o processo administrativo tributário, tem o contribuinte o direito de ver julgada sua impugnação e seus eventuais recursos e não pode ajuizar medidas judiciais versando a mesma matéria e a mesma lide até o esgotamento da instância administrativa.
- e) A prova ilícita, ainda que pertinente aos fatos “sub examen” deverá ser legalmente descartada como objeto de apreciação no processo administrativo.

100.ª QUESTÃO:

CONTROLE Nº 10

Em diligência de fiscalização do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, realizada no estabelecimento comercial da sociedade “A”, comercializadora de gêneros alimentícios, o Agente Fiscal responsável foi impedido de ter acesso aos arquivos magnéticos da contabilidade, sob o argumento de que tal pretensão fiscalizatória esbarra na garantia constitucional da intimidade privada e que além disso, os fatos tributários sob fiscalização relacionam-se com a empresa “B” que é mera fornecedora da empresa fiscalizadora. Diante disso foram lacradas pelo Agente as salas em que se encontravam os computadores da contabilidade. Foi também requisitada força policial com o objetivo de promover a apreensão dos computadores e a interdição das atividades do estabelecimento.

Assinale a alternativa “FALSA”:

ALTERNATIVAS:

- a) o direito à fiscalização tributária decorre diretamente das regras consagradas nos artigos 194 e seguintes do Código Tributário Nacional que têm amparo expresso na Constituição Federal como modo de assegurar a operatividade do sistema tributário.
- b) Para efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los, afigurando-se inaplicável a invocação de direito à intimidade privada.
- c) O âmbito subjetivo de aplicabilidade dos dispositivos referentes à fiscalização tributária atingem não só o contribuinte ou responsável tributário, mas também terceiros que de alguma forma estejam ligados ao fundamento material da imposição.
- d) As prerrogativas da Fazenda Pública concernentes à fiscalização tributária decorrem do princípio do dever de investigação que vincula a administração tributária, afigurando-se lícito ao agente fiscal adotar providências como a lacração de salas ou arquivos e, se necessário, a interdição das atividades do estabelecimento comercial.
- e) É lícito à administração tributária a requisição independentemente de ordem judicial de auxílio de força policial quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, mesmo que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Gabarito da Prova

Correções feitas em 18/04/02

1	X	11	E	21	B	31	C	41	A	51	A	61	A	71	C	81	C	91	C
2	B	12	B	22	D	32	B	42	C	52	D	62	E	72	C	82	C	92	D
3	D	13	E	23	D	33	B	43	D	53	B	63	D	73	C	83	E	93	E
4	E	14	E	24	D	34	A	44	D	54	E	64	B	74	B	84	C	94	E
5	B	15	D	25	E	35	A	45	E	55	B	65	D	75	E	85	D	95	B
6	A	16	C	26	B	36	A	46	D	56	B	66	D	76	C	86	A	96	C
7	C	17	D	27	B	37	X	47	E	57	E	67	D	77	E	87	D	97	E
8	B	18	E	28	E	38	C	48	C	58	D	68	E	78	C	88	D	98	D
9	E	19	C	29	E	39	C	49	E	59	B	69	B	79	C	89	E	99	D
10	B	20	C	30	D	40	B	50	E	60	A	70	E	80	E	90	C	100	D

Resumo das correções

1	A B C D E	Errata: a alternativa correta é a letra C
37	A B C D E	Anulada: pontuação para todas as provas
71	C	Anulada: pontuação para todas as provas

CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA DISCURSIVA

GRUPO A

Escolha e responda uma das questões do grupo A: A-1, A-2 ou A-3. Essa questão valerá cinco pontos.

QUESTÃO A-1

Antonia da Silva, brasileira, engenheira agrônoma, ajuizou Reclamatória Trabalhista em face do Estado do Paraná. A petição inicial foi protocolada em 01.02.2002, tendo sido distribuída para a 20ª Vara do Trabalho de Curitiba e autuada sob o nº 3000/02. Alegou, em síntese: que era servidora pública contratada pelo regime jurídico celetista, após aprovação em teste seletivo; que celebrou sucessivos contratos por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; que os contratos eram celebrados por um ano e foram prorrogados por igual prazo; que foi admitida inicialmente em 02.02.97 e o contrato extinto em 02.02.99; o segundo contrato foi celebrado em 01.09.99 e extinto em 01.09.01; que sempre esteve lotada na Secretaria de Estado da Agricultura, prestando serviços em Guarapuava, embora tivesse sido contratada em Curitiba; que laborava em contato com agentes insalubres; que seu horário de trabalho era de 2ª a 6ª feira das 8h às 12h e das 14h às 18h; que a jornada de trabalho legal era de 6 horas diárias; prestava labor extraordinário e não recebeu as horas extras e respectivos adicionais; que nas férias laborava; que não recebeu as verbas rescisórias, nem levantou os depósitos do FGTS; que não recebeu o piso da categoria previsto na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná. Postula tutela antecipada para levantar os depósitos do FGTS. Deduz pretensão a ver declarada a unicidade contratual e o contrato a prazo indeterminado; requer, ainda, a condenação do Estado do Paraná ao pagamento em dobro de: salários e reflexos do interregno entre os dois contratos; adicional de insalubridade em grau máximo calculado sobre o piso da categoria ou, sucessivamente, sobre o salário profissional; horas extras com adicional de 50%; verbas rescisórias tais como aviso prévio, décimo terceiro salário e férias acrescidas do terço constitucional proporcionais e indenização fundiária e, na forma simples, multa convencional e administrativa, pelo descumprimento do instrumento normativo da categoria e legislação trabalhista, respectivamente.

Como Procurador do Estado, ao elaborar a resposta do Estado do Paraná, indique, fundamentadamente, o que poderia ser alegado. Não é necessário elaborar a peça processual.

QUESTÃO A-2

Segurança Privada Ltda., pessoa jurídica de direito privado, propôs ação declaratória de nulidade de ato jurídico contra o Estado do Paraná, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba, alegando, em síntese, o seguinte: a) o Estado do Paraná publicou edital de licitação, tendo por objeto a administração de uma penitenciária localizada no seu interior; b) dentre os requisitos exigidos das empresas interessadas, constou, no art. 5º: "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Atestado de Capacitação Técnica na área de segurança penitenciária, de cadeia pública, presídio ou prisão, em qualquer parte do território nacional, com comprovação de experiência nessa atividade"; c) Também constou do Edital que: "Art. 6º. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio". Argumentou o autor que: a) tais exigências são ilegais, uma vez que implicam inaceitável restrição à participação das empresas interessadas; b) por não cumprir este requisito, foi desclassificada (não habilitada) do procedimento licitatório; c) sua desclassificação, portanto, foi ilegal. Com base nestes argumentos, pediu fosse declarada a nulidade de todo o procedimento licitatório, bem como do contrato celebrado com a empresa vencedora da licitação, Cadeado - Administração Penitenciária Ltda.

Requeru, liminarmente, com base no art. 273, do CPC, a título de antecipação da tutela pleiteada, a suspensão do contrato já celebrado com a empresa vencedora da licitação, até o julgamento final da ação.

O requerimento de antecipação da tutela foi deferido, através de decisão interlocutória, que determinou a suspensão do contrato.

Na qualidade de Procurador do Estado do Paraná, que providência (s) processual (is) você tomaria contra o provimento antecipatório da tutela e que argumentos de direito processual e material utilizaria?

QUESTÃO A-3

Maria da Silva foi aprovada em concurso público para o Quadro Geral do Estado, no primeiro semestre de 2001, e ao ser convocada para tomar posse foi impedida por não ter completado 21 (vinte e um) anos antes do término das inscrições para o referido certame. O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, no seu ato administrativo que impediu a posse de Maria da Silva, sustenta que a mesma, na época da inscrição no Concurso Público em questão, ainda não havia atingido a maioria civil sendo, portanto, incapaz de praticar atos da vida civil, razão pela qual a sua inscrição é ato absolutamente nulo, impossível de ser saneado pela legislação em vigor. Mais, que sendo o Concurso Público um processo administrativo competitivo, a violação a um único dos seus preceitos normativos é suficiente para que qualquer candidato não possa permanecer no mesmo, pois do contrário estaria sendo violado o princípio constitucional da impessoalidade. Finalmente que, nos termos das Súmulas ns. 346 e 473 do Excelso Pretório, pode a Administração declarar a invalidade de seus próprios atos, quando ilegais. A candidata, nas suas razões de recurso administrativo ao Secretário de Estado da Administração, sustenta que o ato administrativo que lhe impediu de tomar posse fere o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, uma vez

que o mesmo resguarda o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, uma vez que o ato recorrido fez retroagir condição de inscrição, violando de maneira insofismável os institutos jurídicos do ato jurídico perfeito (a sua inscrição) e o direito adquirido (a sua posse, uma vez que foi aprovada em excelente colocação). Mais, que a autoridade que lhe impede de tomar posse aplica incorretamente os termos das citadas súmulas, uma vez que sendo o Concurso Público um processo administrativo a fase de impugnação das inscrições estaria preclusa, não podendo, por ocasião da posse, ser o fato invocado. Que atualmente, conta com 21 anos, 10 meses e 4 quatro dias de idade e, assim, se não satisfazia o requisito no momento da inscrição foi admitida ao concurso e aprovada, razão pela qual não é lícito à Administração recursar-lhe a investidura, se no momento da contratação a idade mínima já se completara. Por derradeiro, sustenta que o ato recorrido privilegia a forma e não a finalidade do certame seletivo, que é, por evidente, a de selecionar os melhores candidatos. Chegando o recurso ao Secretário de Estado da Administração o mesmo, antes de decidir, requereu parecer conclusivo da Procuradoria Geral do Estado.

Assim, levando em consideração todos os institutos jurídicos antes citados, manifeste-se de forma fundamentada, sobre o provimento ou improvimento do recurso administrativo de Maria da Silva.

Fim das questões do Grupo A

GRUPO B

Escolha e responda uma das questões do grupo B: B-4, ou B-5. Essa questão valerá cinco pontos.

QUESTÃO B-4

Francisco é possuidor de imóvel rural situado no município de Jacarezinho. O bem, de titularidade de Antônio, foi ocupado por Francisco em 1964. Tratava-se de imóvel sem plantações, edificações ou cercas. A ele não era oferecida qualquer destinação econômica. Francisco e Antônio não se conhecem, e este não teve ciência da ocupação do bem pelo primeiro. A partir daquele ano, Francisco, sem qualquer oposição do titular formal, passou a residir e a produzir café e milho sobre o imóvel, pagando todos os tributos e aviventando divisas. Tal situação perdurou por doze anos. Ocorre que, em 1976, sofrendo seguidas perdas em sua produção, decidiu o possuidor do imóvel arrendá-lo a Josué, seu irmão, que ali cultivaria soja e criaria gado de leite. O arrendamento foi celebrado pelo prazo de três anos. Findo o prazo, sem renovação expressa, continuou Josué a residir e a produzir sobre o imóvel, pagando um valor fixo anual a Francisco, corrigido monetariamente ano a ano. Desde o ano 2000, entretanto, Josué deixou de pagar o valor anual que vinha adimplindo. Nada obstante, Francisco mantém-se inerte. Em março de 2001, Josué propõe ação de usucapião, alegando que é possuidor do imóvel há mais de 20 anos. Francisco ingressa no feito como oponente. O feito ainda não obteve o provimento jurisdicional cabível. Em Julho de 2001, Antônio propõe ação de reintegração de posse em face de Josué. Francisco também ingressa no feito como oponente. O processo ainda está em curso. Em Janeiro de 2002, o Estado do Paraná publica decreto declarando de utilidade pública parte do imóvel, sobre o qual deverá ser construída uma rodovia. O Estado, por meio da entidade competente, é provocado pelo interessado para celebrar acordo com Antônio, que concorda em receber indenização no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Nada obstante isso, Josué decide obstar o acordo que implicaria o pagamento da indenização - ainda não levado a efeito -, peticionando junto à administração e dando conta da existência de ação de usucapião. Pleiteia para si a indenização, alegando que já adquiriu o domínio sobre o bem, restando apenas o provimento judicial declaratório, que permitirá o registro do imóvel em seu nome. Francisco, a seu turno, também formula requerimento junto à administração, colocando-se como único legitimado ao recebimento dos valores. O caso foi remetido à Procuradoria Geral do Estado para parecer acerca da matéria, inclusive sobre qual o procedimento a ser levado a efeito pelo Estado e sobre quem seria o legitimado ao recebimento do valor da indenização.

Diante dos fatos narrados, expresse seu posicionamento, explorando todas as questões controvertidas.

QUESTÃO B-5

A partir do fato hipotético a seguir relatado, elabore a fundamentação de um parecer respondendo às indagações feitas:

"A empresa X, constituída sob a forma de Responsabilidade Limitada no Estado do Rio de Janeiro, comercializa combustíveis e lubrificantes com os Postos de Gasolina do Paraná. Segundo a Lei Paranaense do ICMS a empresa X é sujeito passivo do ICMS por substituição tributária. Referida empresa X vendeu mercadorias aos Postos de Gasolina do Paraná durante 3 anos e nunca pagou o Imposto Estadual devido, embora todos os meses informasse ao Estado do Paraná, por meio de GIA (Guia de Informação e Apuração) o valor do tributo por ela próprio apurado, nos termos da Legislação aplicável. Pleiteia a empresa X alteração do cadastro do ICMS na Secretaria da Fazenda, aduzindo que ocorreu alteração contratual, para retirada da sociedade de todos os sócios anteriores para ingresso de dois novos sócios".

A Secretaria de Estado da Fazenda, tendo dúvidas quanto ao Lançamento, à sujeição passiva e à responsabilidade dos sócios questiona:

- 1) O sujeito passivo da tributação em questão é a Empresa **X**, que está sediada no Rio de Janeiro ou os Postos de Gasolina sediados no Paraná e responsáveis pela revenda dos combustíveis e lubrificantes aos consumidores finais?
- 2) É preciso que seja formalizado procedimento administrativo de Lançamento para constituição dos créditos tributários relativos aos 3 anos de ICMS não pagos?
- 3) Da inscrição dos créditos tributários em Dívida Ativa será preciso notificar o sujeito passivo?
- 4) A alteração cadastral requerida pelos sócios retirantes da sociedade implica na impossibilidade de sua responsabilização pelo pagamento do ICMS?
- 5) Em que caso ocorrerá a responsabilização pessoal dos sócios da Empresa X? Todos poderão ser responsabilizados?

Fim das questões do Grupo B

Fim do caderno de questões